



## O CONFLITO FUNDIÁRIO ENTRE PRODUTORES RURAIS E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

### THE LAND CONFLICT BETWEEN RURAL PRODUCERS AND INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL

Yasmim Ferreira Araujo Chaves<sup>1</sup>

Vitor Gabriel de Paula Moraes<sup>2</sup>

**Resumo:** O estudo analisa os conflitos fundiários entre produtores rurais e povos indígenas no Brasil, intensificados pela expansão do agronegócio, especialmente na Amazônia. A grilagem de terras e a exploração ilegal de recursos naturais agravam as disputas, causando impactos sociais, culturais e ambientais às comunidades indígenas. Embora a Constituição de 1988 garanta seus direitos territoriais, a lentidão na demarcação e a insegurança jurídica do Marco Temporal dificultam a proteção dessas terras. O estudo ressalta a necessidade de acelerar a regularização fundiária, reforçar a fiscalização e promover um uso sustentável da terra, conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Além da questão jurídica, a pesquisa destaca a importância de políticas públicas que garantam a segurança territorial e respeitem a diversidade cultural e ambiental do país.

**Palavras-chave:** Conflitos fundiários. Terras indígenas. Regularização fundiária. Agronegócio. Marco Temporal.

**Abstract:** The study analyzes land conflicts between rural producers and Indigenous peoples in Brazil, intensified by the expansion of agribusiness, especially in the Amazon. Land grabbing and the illegal exploitation of natural resources exacerbate these disputes, causing social, cultural, and environmental impacts on Indigenous communities. Although the 1988 Constitution guarantees their territorial rights, delays in land demarcation and the legal uncertainty surrounding the "Marco Temporal" thesis hinder the protection of these lands. The study highlights the need to accelerate land regularization, strengthen oversight, and promote sustainable land use, balancing economic development with environmental preservation.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros/UNIFIMES. E-mail: yasmimf155@academico.unifimes.edu.br

<sup>2</sup> Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros/UNIFIMES.



Beyond the legal aspect, the research underscores the importance of public policies that ensure territorial security and respect the country's cultural and environmental diversity.

**Keywords:** Land conflicts. Indigenous lands. Land regularization. Agribusiness. Temporal Framework.

## INTRODUÇÃO

Os conflitos fundiários no Brasil refletem a disputa histórica entre a expansão agrícola e a preservação dos territórios indígenas. Nos últimos anos, a pressão exercida pelo agronegócio, impulsionado pela demanda global por commodities, intensificou invasões e agravou uma série de crises socioambientais. O agronegócio, impulsionado pela demanda por commodities, pressiona áreas indígenas, levando ao desmatamento ilegal, contaminação de recursos hídricos e expulsão de comunidades de seus territórios ancestrais (Santos, 2019.).

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras, garantindo sua demarcação e proteção. No entanto, o processo de regularização fundiária enfrenta desafios burocráticos, políticos e econômicos, sendo um dos principais pontos de conflito. A tese do Marco Temporal, que propõe limitar a demarcação às terras ocupadas em 1988, intensificou o debate, ignorando deslocamentos forçados durante a ditadura militar (Portela, 2019, p 15).

Os conflitos fundiários afetam diretamente a saúde e o modo de vida das populações indígenas. A luta pela terra também envolve a degradação ambiental, com a agricultura industrial contaminando rios e solos, dificultando o acesso à água potável e à alimentação tradicional, comprometendo a segurança alimentar e a qualidade de vida (Frizzo, 2014).

Este estudo visa investigar as causas e consequências dos conflitos fundiários entre produtores rurais e povos indígenas, analisando desafios na demarcação de terras, os impactos da regularização fundiária e os efeitos da expansão agrícola sobre o meio ambiente. Também discutirá alternativas para equilibrar o desenvolvimento do agronegócio e a proteção dos direitos indígenas, respeitando a produção econômica e a preservação dos territórios originários.



## METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para compreender os conflitos fundiários entre produtores rurais e povos indígenas no Brasil. O estudo baseia-se em análise documental e bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos, decisões jurídicas, relatórios institucionais e documentos oficiais.

A fundamentação teórica inclui publicações do SciELO Brasil, estudos sobre direito agrário e terras indígenas, além de materiais da FUNAI e do STF. A análise da (in)constitucionalidade do Marco Temporal e relatórios sobre conflitos agrários na Amazônia e no Mato Grosso do Sul evidenciam a vulnerabilidade dos povos indígenas diante da expansão agropecuária.

Utilizou-se o método dialético para investigar as contradições entre os direitos garantidos na legislação e os interesses econômicos, bem como o impacto das políticas públicas e das decisões judiciais. A pesquisa exploratória investiga o histórico dos conflitos e as estratégias de resistência indígena às expropriações. A análise documental abrange a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 14.701 e decisões do STF sobre regularização fundiária e demarcação de terras. Fontes jornalísticas e institucionais também foram consideradas para relatar casos emblemáticos, como a disputa pela Terra Indígena Marãiwatsédé.

Por meio dessa metodologia, busca-se oferecer uma visão crítica dos conflitos, destacando seus impactos sociais, ambientais e jurídicos, além de propor soluções equilibradas e justas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento da fronteira agrícola, impulsionado pela demanda por soja e carne bovina, resulta na ocupação irregular de terras indígenas e degradação ambiental, especialmente na Amazônia e no Centro Oeste (Arruzzo, 2023). A fragilidade na regularização fundiária e a morosidade na demarcação dificultam a proteção das terras, enquanto a falta de fiscalização permite a grilagem e exploração ilegal (Acselrad, 1992).

A tese do Marco Temporal, que limita a demarcação às terras ocupadas em 1988, gera polarização entre o agronegócio e defensores dos direitos indígenas, sendo um ponto de conflito no debate legislativo. A resistência dos produtores rurais à devolução de terras ilegais tem



gerado violência, apesar de tentativas mediação pelo Estado, como no Mato Grosso do Sul (Ribeiro, 2023).

Além dos impactos territoriais, a disputa afeta a saúde e subsistência das comunidades indígenas, devido ao desmatamento, contaminação dos rios e destruição da biodiversidade, o que compromete a segurança alimentar e aumenta a vulnerabilidade social e sanitária (SciELO Brasil, 2014; Brazilian Journal of Development, 2023). A destruição dos territórios também ameaça as tradições culturais desses povos, cuja identidade está ligada à terra (FUNAI. Conflitos fundiários e a atuação do Estado para resolução no Mato Grosso do Sul 2023).

A atuação do Estado é essencial para minimizar os impactos, com políticas públicas eficazes para acelerar a demarcação e reforçar a fiscalização. Incentivos à produção sustentável e o combate à grilagem são fundamentais para um desenvolvimento equilibrado e justo. A solução exige políticas estruturadas que conciliem crescimento econômico com a proteção dos direitos indígenas e ambientais, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de uma política eficiente de regularização fundiária e a morosidade na demarcação agravam a insegurança jurídica, alimentando disputas, invasões e violência. Casos recentes no Mato Grosso do Sul e na Amazônia mostram que o avanço do agronegócio sobre áreas protegidas não ocorre apenas por necessidade produtiva, mas também pela influência política e econômica da agroindústria. Práticas como a grilagem e a flexibilização das leis ambientais contribuem para a vulnerabilidade dos povos indígenas. O Marco Temporal, defendido por setores do agronegócio, ignora os traumas históricos de expulsões e deslocamentos forçados. Além disso, os impactos sociais e ambientais da disputa territorial afetam diretamente a subsistência das comunidades e a biodiversidade ao longo do século XX.

Além da disputa territorial, há impactos ambientais e sociais, como desmatamento, contaminação de rios e destruição da biodiversidade, comprometendo a subsistência indígena e aumentando sua vulnerabilidade. A marginalização e a dificuldade no acesso a políticas públicas reforçam a necessidade de maior atuação do Estado na proteção desses direitos.

Diante disso, é fundamental acelerar a demarcação das terras, reforçar a fiscalização e combater as ocupações ilegais. Um caminho possível é a construção de políticas públicas que conciliem a produção agrícola com a proteção ambiental e o respeito aos direitos originários. A solução passa por um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e setor produtivo, com o objetivo de garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. À minha família, pelo apoio incondicional e pela paciência ao longo do processo. Aos professores e orientadores, cuja dedicação e conhecimento foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Também sou grato(a) aos amigos e colegas, cujas conversas e trocas de ideias enriqueceram minha visão sobre o tema. Por fim, agradecemos às comunidades indígenas e rurais que, com suas experiências e vivências, nos inspiraram a buscar um entendimento mais profundo sobre suas realidades e lutar pela justiça territorial. Este estudo é um tributo à sua resistência e à luta por seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Relações territoriais entre povos indígenas e agronegócio no Brasil: conflitos e resistências**. Revista Tamoios. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/74931>

BARÉ, Josimara. **O marco temporal e a relação dos povos indígenas com a terra**. Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-marco-temporal-e-a-relacao-dos-povos-indigenas-com-a-terra/>

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção**. SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf>

BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT. **Desafios da segurança alimentar nas comunidades indígenas frente à expansão agrícola**. SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjd/a/FJGgTY7s9YQzSTxsyYRcjMN>

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Funai integra esforço conjunto do Governo Federal em busca de soluções para conflitos fundiários em Mato Grosso do Sul**. Funai. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-integra-esforco-conjunto-do-governo-federal-em-busca-de-solucoes-para-conflitos-fundiarios-em-mato-grosso-do-sul>

REINALDO, Thaysslorranny Batista. **A fronteira agrícola e os conflitos territoriais no Norte do Tocantins (Brasil)**. ResearchGate. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/368043592\\_A\\_frenteira\\_agricola\\_e\\_os\\_conflitos\\_territoriais\\_no\\_Norte\\_do\\_Tocantins\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/368043592_A_frenteira_agricola_e_os_conflitos_territoriais_no_Norte_do_Tocantins_Brasil)



REVISTA TAMOIOS. **Relações territoriais entre povos indígenas e agronegócio no Brasil: conflitos e resistências.** Revista Tamoios. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/74931>

SANTOS. **Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção.** SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hdLS5P3536xgxf>

SAUER, Sérgio. **Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais.** Abya-Yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/abyayala/article/view/3013>

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Regularização fundiária no Brasil: avanços e desafios.** SciELO. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336640217\\_Regularizacao\\_fundiaria\\_no\\_Brasil\\_avancos\\_e\\_desafios](https://www.researchgate.net/publication/336640217_Regularizacao_fundiaria_no_Brasil_avancos_e_desafios)